

CARREIRA

Economia vista como ativo profissional

» ROSANA HESSEL

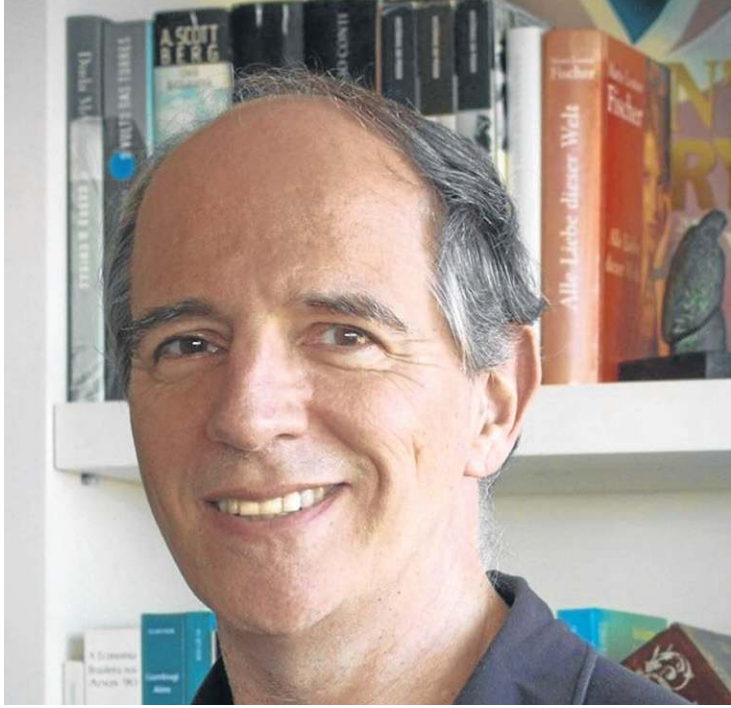
Em um cenário global cada vez mais polarizado, o conhecimento da economia é uma importante ferramenta para a compreensão da atual conjuntura, que ganhou mais incertezas em meio a um novo conflito no Oriente Médio. E entender esse ambiente cada vez mais complexo é uma das tarefas mais demandadas pelos economistas, de acordo com Fabio Giambiagi, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

O economista, em parceria com a doutora Arlete Nese, pesquisadora na área de governança, sobre o ensino da disciplina no Brasil *Por que estudar economia — Conversas da profissão*, que será lançado, na próxima quarta-feira (25), pela Editora AltaCult.

A obra, composta de 10 capítulos, aborda aspectos históricos para entender a economia brasileira, destacando a evolução do país nas últimas décadas e analisando os erros recorrentes que levaram à desorganização macroeconômica. No plano internacional, destaca a ascensão da China e a instabilidade regional devido às crises nos países vizinhos e como elas impactaram diretamente o Brasil.

Ao longo do livro, os autores destacam que a disciplina não é um conjunto de fórmulas abstratas, mas uma ferramenta para interpretar a história e elaborar propostas concretas de bem-estar social. Segundo eles, o conhecimento matemático é um “ativo” na formação de todo economista, mas o conhecimento adquirido é mais amplo.

Arquivo Pessoal



Nesse contexto, eles tentam ajudar o estudante de 15-17 anos a ter mais subsídios sobre a profissão.

“O principal ativo do ser humano é a inteligência e o economista do futuro tem sido demandado para várias tarefas mais nobres, além do básico da matemática”, explica Giambiagi, em entrevista ao **Correio**. Segundo ele, a economia é também um ativo para outras profissões. Além disso, cada vez mais, o mercado exige do economista um desenvolvimento profissional, como conhecimento de informática e também sobre a inteligência artificial.

O pesquisador destaca também que uma das importâncias de ser economista é saber interpretar os

dados de forma possível para chegar ao diagnóstico correto em uma série de campos. Nesse sentido, em um dos capítulos faz uma provocação sobre como ser o “advogado do diabo”. “É sempre importante entender a importância do contraditório, aprender a lidar com os argumentos contrários para aprender a rebatê-los. Isso é muito importante na profissão de cronista, tanto que no capítulo 10, sobre “para cair na vida” tentamos dar uma ideia sobre a remuneração no setor privado — que varia a partir de de R\$ 7,2 mil mensais, para até R\$ 27 mil, no caso de um chefe em uma empresa de grande porte.

Uma passagem do livro destaca uma pergunta feita a Warren



O principal ativo do ser humano é a inteligência e o economista do futuro tem sido demandado para várias tarefas nobres”

Fabio Giambiagi,
economista e pesquisador do FGV Ibre

Buffet, um dos maiores investidores globais, sobre qual seria a razão de não haver mais gente imitando as estratégias de investimento dele. E a resposta dele “Por que ninguém gosta de ficar rico aos poucos”, foi uma “análise do mercado”, na visão dos autores. Segundo Giambiagi, o livro é “para todas as igrejas”. Não tem absolutamente nada de catequese das ideias mais liberais, ortodoxas ou fiscais nas quais eu acredito. Cada um definirá qual é o seu próprio credo”, afirma Giambiagi, que é um economista conhecido por ideias mais liberais. Ele adianta que já está preparando, para novembro deste ano, um novo livro que vai abordar os impactos da inteligência artificial na economia.

PESQUISA

Fim de supersalários gera ganhos de R\$ 186,4 bi

Os supersalários no serviço público do Brasil são os mais altos entre 10 países da Europa e das Américas, conforme estudo do pesquisador Sérgio Guedes-Reis, encomendado pela República.org. O levantamento revela que o país poderia economizar R\$ 186,4 bilhões, em 10 anos, se o Brasil seguir o padrão remuneratório aplicado nesses 10 países pesquisados que limitam os pagamentos à Magistratura, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. O estudo analisou as remunerações de 25,9 mil magistrados e pensionistas do país e realizou comparações com os seguintes países: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Portugal, Argentina, México, Chile e Colômbia.

Apesar de haver um teto constitucional para os salários dos servidores, de R\$ 46,3 mil, os penduricalhos e verbas indenizatórias provocam distorções como os supersalários, que aumentam os custos para o contribuinte, pois há casos em que magistrados e pensionistas brasileiros receberam mais de R\$ 2 milhões por ano.

Logo, se esses privilégios inconstitucionais não forem freados e o país não adotar regras semelhantes aos países listados, em 20 anos, essa despesa adicional poderá alcançar R\$ 578 bilhões.

O estudo também indica que o problema dos supersalários não ocorre apenas na esfera federal. Guedes-Reis destaca no relatório que os percentuais de servidores com remuneração acima do teto em atuação nos estados selecionados são consideravelmente próximos ao identificado em âmbito federal. (RH)

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Ouro dos otários

A delação do trambiqueiro dublê de banqueiro Daniel Vorcaro pode implicar dezenas de parlamentares de todos os partidos, do Centrão aos de esquerda, juízes de Cortes superiores, dirigentes de órgãos públicos, e vir a impactar a campanha eleitoral, mas, apesar de um enredo atraente para virar seriado de streaming, não se deve ter grandes expectativas sobre mudanças na ética institucional.

Depois que a midiática Lava-jato terminou em um rotundo fracasso, a despeito das confissões de tramoias de acionistas e executivos de grandes empresas, acompanhadas da devolução de dinheiros desviados da estatal Petrobras e o pagamento de multas bilionárias, cautela e ceticismo nunca são demais. Os corruptos incrustados na política e nas empresas nada aprenderam — e vários saíram de vítimas.

Como o cipoal de interesses entre a política, a alta burocracia e os viciados em enriquecer às custas do erário não foi desmontado, os atrevidos perderam a cerimônia. E foram além, comprando a alma dos supostos guardiões da moralidade em altares supremos.

Vorcaro é filho desse tempo de devassidão já não mais discreta, mas instigável com o falso glamour de uma Gilded Era nacional — Era Dourada sem finesse, com muitos falsos brilhantes para ocultar a podridão de negócios. Ele exibiu talento para isso.

O seu caso é um exemplo clássico de Gilded Era à brasileira: uma camada superficial de ouro (festa de R\$ 15 milhões para comemorar os 15 anos da filha, de R\$ 200 milhões para noivar, jatos e status de “gênio das finanças”) cobrindo a base de metal barato (fraudes bilionárias, empresas de fachada, lavagem de ‘tigrinhos’ etc.).

Em seu contexto, o “folheado a ouro” era ferramenta de validação social. Ao ostentar uma riqueza supostamente estratosférica, ele comprou a confiança de investidores e reguladores, que hesitaram em questionar a origem da dinheirama. Quando o ouro falso começou a descascar pelo Banco Central e a PF, só sobrou o que Mark Twain descreveu há 150 anos nos EUA: corrupção e prejuízo sistêmico — mais de R\$ 50 bilhões e contando, o grosso desaparecido

Padaria do “pão bolorento”

Uma sociedade brilhante por fora e puída por dentro, normalmente, antecipa fim de ciclos, como o tempo dos “barões ladrões” nos EUA no início do século passado, o desregramento social dos anos 1930 na Europa, e hoje, outra vez mais, a contestação das famílias, as rupturas tecnológicas, guerras, queda de natalidade e... as faras de Vorcaro e seus protetores nas instituições obsoletas do poder.

Adaptada ao Brasil, a metáfora do “folheado a ouro” tem a ver com o antigo dito popular do “por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento”. O “bolor” do pão assado por Vorcaro era tão forte que corrompeu tribunais e instituições sólidas, estabelecendo-se como uma rede de fraudes em massa e de lavanderia de dinheiros sujos.

As traficâncias foram flagradas não bem pelo poder policial, mas porque seus excessos chocaram até os mais antigos no ofício. Esse é um mal tipicamente nacional: a condescendência com as vilanias.

Ela funciona como salvo-conduto: se o sujeito frequenta os mesmos clubes, promove festas suntuosas, “faz o dinheiro girar”, como se diz, elites e reguladores tendem a fechar os olhos para o bolor.

No caso de Vorcaro, a validação social lhe permitiu saltar de um condenado pela Justiça de Rondônia para dono de banco, o antigo Máxima, do Rio, em 2019, que operava bilhões com o setor público. É o “atreuimento” alimentado pela certeza da impunidade.

A profanação dos poderes

A Gilded Era brasileira mantém-se por um pacto de aparências: se a “bela viola” estiver tocando e gerando lucro, ninguém quer ser o primeiro a apontar o dedo. Existe toda uma lógica por detrás.

Vorcaro prosperou servindo-se de instituições representativas dos Três Poderes profanadas pelo trade-off entre governantes querendo aprovar projetos de lei, de um lado, e, de outro, Congresso com maioria parlamentar oposta a tal agenda. Faz-se a conciliação por aliciamento — antes, com pagamento de emendas ao orçamento apenas aos domesticáveis; depois, na fase terminal da relação imprópria, com emendas tornadas obrigatórias e “orçamento secreto”.

Essa relação é o nervo exposto do “presidencialismo de coalizão” degradado. Na Gilded Era Nacional, a estrutura do Estado vira meio de negócios para a riqueza individual. É onde entra a figura do facilitador: doleiros, nos tempos antigos, e dublês de banqueiros, hoje em dia, para ocultar origem e simular operações legítimas.

Essa simbiose entre o “roleiro” de luxo e o político pragmático cria o ambiente onde a ética é custo operacional e a lei, um contratempo a ser superado via negociação. A condescendência das elites fecha o roteiro: elas veem o “facilitador” como prestador de serviços, um mal necessário para manter o sistema rodando.

Foram facilitadores os alvos da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo (MPSP), que atingiu o topo da pirâmide da Avenida Faria Lima, incluindo fundos operados pelo entorno do Banco Master. O que está em causa é se o sistema chegou ao ponto de ruptura ou foi limpeza de fachada para outro ocupante assumir o lugar.

Uma janela de oportunidade

Quando as emendas ao Orçamento eram de cerca de R\$ 10 bilhões por ano, o relato de desvios era raro. Ao nível de R\$ 50 bilhões dos últimos anos, R\$ 84 milhões para cada deputado e senador, as ambições se tornaram exponenciais, tanto para quem as endereça quanto para os destinatários nos municípios. Como uma coisa leva à outra, nascem daí os golpes nos fundos de servidores, licitações viciadas etc.

Restrinja-se ao princípio original da Constituição, só emendas individuais como fração da Receita Federal, e três metas tornam-se possíveis: ajuste fiscal que já tarda, transparência dos destinos do dinheiro público e ociosidade dos facilitadores. Mas devagar!

A potencial delação de Vorcaro, embora esperada como “bomba” para as eleições de 2026, enfrenta o filtro de um sistema que aprendeu a autoliquidar, como incompetência do foro ou a prescrição. O “pão bolorento” costuma ser reciclado com outra camada de manteiga.

Vorcaro, nesta trama, é subproduto de um Estado torcido balcão de negócios, em que as ideologias de esquerda e direita são despiques para manter aberto o acesso ao erário e enganar os incautos.

Na disputa polarizada dos últimos 10 anos, abundam acusações que servem mais para distrair e gerar indignação que para moralizar as distorções do sistema político. Uma política mais administrativa e menos passional seria, a princípio, o caminho. Mas há o risco nem um pouco desprezível de que busque acomodar interesses de figuras como Vorcaro sob o manto da “estabilidade institucional”.

Dado o cansaço da sociedade com os mesmos nomes desempenhando o mesmo enredo, o momento eleitoral abre uma janela de oportunidade para outro grupo político, como o de Gilberto Kassab, do PSD. Mas desde que rompa o loteamento da gestão pública e tenha programa para lançar no 1º dia visando mudar a lógica que favorece a valorização de ativos ociosos e a blindagem patrimonial excessiva.

Se o modelo econômico seguir privilegiando o chamado “capitalismo de laços”, o terreno continuará fértil para os Vorcaros da vida.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 22/03/2026

Novo PDOT apresenta regras claras e reforça importância do planejamento urbano para futuro do DF

A sanção do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) representa um avanço significativo para a consolidação de um mercado imobiliário mais seguro, transparente e juridicamente estável no Distrito Federal. Um dos principais méritos dessa lei é o reforço do planejamento urbano como instrumento de segurança.

Ao estabelecer diretrizes claras de uso e ocupação do solo, alinhadas ao macrozoneamento, ao zoneamento e às estratégias de ordenamento territorial, o plano diretor reduz incertezas que historicamente afastavam investimentos. Para o mercado legal, previsibilidade é sinônimo de mais projeções de viabilidade.

Atualizada a lei, a expectativa é pela sua regulamentação. Na avaliação da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF), um dos grandes marcos é a criação do Observatório Territorial, colegiado

que acompanhará a implementação das estratégias do plano diretor com indicadores qualitativos e quantitativos, além de atuar na divulgação para toda a sociedade.

Outro ponto positivo é o enfrentamento direto da informalidade urbana. O PDOT reconhece a realidade dos assentamentos existentes, mas condiciona sua permanência à regularização fundiária integrada, com parâmetros urbanísticos e ambientais definidos. Isso amplia o estoque de imóveis legais, fortalece a cidade formal e corrige distorções concorrenciais que penalizavam quem atua dentro da lei.

Um mercado imobiliário saudável depende de regras claras, fiscalização efetiva e visão de longo prazo. E o novo PDOT oferece essa base. Trata-se de um plano que, ao ordenar o território, valoriza quem investe, projeta e constrói dentro da legalidade, fortalecendo o desenvolvimento sustentável do DF.